

# Painel Jurídico

---

#3

1/10/2020



**INNOCENTI**

ADVOGADOS



# Calote em precatório é **suicídio econômico**

A proposta do governo de usar recursos que deveriam ser destinados ao pagamento de precatórios da União para financiar um novo programa social é o destaque desta edição do Painel Jurídico. Marco Antonio Innocenti, sócio-diretor da Innocenti Advogados, posicionou-se na mídia contra a moratória, que gera insegurança jurídica e causa desconfiança entre investidores.

Ainda no direito administrativo, artigo assinado pela nossa sócia Daniela Barreiro Barbosa e pelo nosso advogado Lourenço Grieco Neto mostra que a Justiça de São Paulo tem negado a complementação de pensão a dependentes de ex-servidores. Em outra frente, nossa sócia Cinthia Benvenuto explica, no UOL, os benefícios tributários em decorrência dos gastos com seguro de vida e de saúde. Confira também os demais destaques do noticiário jurídico!



# Calote em precatório é **suicídio econômico**, avalia Innocenti

No Broadcast, nosso sócio-diretor Marco Antonio Innocenti critica proposta de moratória em precatórios da União.

[Leia mais](#)





# Justiça de SP nega complementação de pensão a dependentes

Confira artigo da nossa sócia Daniela Barreiro Barbosa e do nosso advogado Lourenço Grieco Neto sobre as decisões.

[Leia mais](#)





# Contratação de seguros protege novos negócios

No UOL, nossa sócia Cinthia Benvenuto explica benefícios tributários gerados por gastos com seguro de vida e de saúde.

[Leia mais](#)

## **De Brasília**

**STF julga** incentivo  
à candidatura  
de pessoas negras



**Terceirizados e  
empregados** podem ter  
salários diferentes



**CJF libera R\$ 1,2 bi**  
para precatórios  
de pequeno valor



**Doria questiona no STF**  
normas para pagamento  
de precatórios







# **STF mantém cobrança de 0,6% para custear Sebrae**

Julgamento foi decidido no último voto; estavam em jogo R\$ 30 bilhões, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

[Leia mais](#)

Fique atento...

**Decisões excluem ICMS**  
destacado na nota da base  
de cálculo do PIS/Cofins



**Legislativo:** Projeto quer  
impor filtros legais para  
limitar ações coletivas



**Conheça o novo site  
da Innocenti Advogados!**

[innocenti.com.br](http://innocenti.com.br) |

in